



Ambasciata d'Italia
Brasília

Anexo 1

CONTRATO PARA O FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE PLANO DE SAÚDE E ODONTOLÓGICO A SER CONTRATADO EM FAVOR DO PESSOAL REGIDO PELA LEGISLAÇÃO LOCAL EM SERVIÇO EM TODA A REDE DIPLOMÁTICO-CONSULAR NO BRASIL.- CIG: B93E67F06D

Entre:

A Embaixada da Itália em Brasília, localizada em SES - quadra 807 - lote 30, St. de Embaixadas sul 807, Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70420-900, CNPJ 03.896.805/0001-53, representada neste ato por Alessandro CORTESE, doc. nr. [REDACTED] emitido pelo Ministério das Relações Exteriores no dia [REDACTED], na qualidade de Embaixador (a seguir nomeada como “Contratante” ou “Autoridade Contratante)

E

O Operador econômico [REDACTED] com sede legal em [REDACTED], com domicílio para fins deste ato em [REDACTED], CNPJ [REDACTED], representada neste ato por [REDACTED], Doc. nr. [REDACTED], emitido por [REDACTED] no dia [REDACTED], na qualidade de e a seguir nomeado “Contratada”,

CONSIDERANDO QUE

- A Contratante pretende ofertar o serviço de plano de saúde e odontológico em favor do pessoal regido pela legislação local em serviço em toda a rede diplomático-consular da Itália no Brasil pelo período de 36 (trinta e seis) meses a partir da assinatura do contrato;
- A Contratante, com decisão de contratar N.º 343/2025 de 25 de novembro de 2025, autorizou o começo de um procedimento negociado, para a concessão do serviço de plano de saúde e odontológico a ser contratado em favor do pessoal regido pela legislação local em serviço em toda a rede diplomático-consular no Brasil, a ser adjudicado segundo o critério da oferta com menor preço.
- O aviso de licitação foi publicado na plataforma eletrônica designada pela Contratante no dia 26 de novembro de 2025 e que o mesmo aviso foi publicado na plataforma da ANAC;
- A Contratada, participou do procedimento e apresentou sua oferta dentro do prazo estabelecido;
 - Com Decisão do dia [REDACTED] prot. n.º [REDACTED] foi declarada a adjudicação definitiva por R\$ [REDACTED] (*por extenso*) anuais, cujo valor estará sujeito, desde o primeiro ano de vigência do contrato, aos termos de indexação anual, mediante a adição da percentagem resultante do índice de sinistralidade e do índice VCMH (Variação dos Custos Médicos Hospitalares), o qual se aplica a partir do dia 01/03/2026. O contrato prevê um prazo de 36 meses.
- Os controles mencionados nos arts. 94 e ss. do Decreto legislativo 36/2023, conforme o disposto pelo art. 9, inciso 3 do Decreto Ministerial 192/2017, foram concluídos com resultado positivo;
- Fazem parte integrante do presente contrato e constituem vínculo jurídico de execução, bem como de manutenção dos requisitos, os seguintes anexos:



Ambasciata d'Italia
Brasília

- a. Anexo 2** - Prestação de Serviços objeto do contrato e requisitos especiais de qualificação;
- b. Anexo 3** - DUR (Documento Unificado dos Requisitos);
- c. Anexo 4** - Informações sobre tratamento dos dados pessoais;
- d. Anexo 5** - Declarações Administrativas do operador econômico;
- e. Anexos 6** - Declaração estruturas conveniadas

TUDO ISSO CONSIDERADO

As partes concordam e estabelecem o seguinte:

Artigo 1 - Objeto

1.1 A Contratada executará os serviços indicados no **Anexo 2**, intitulado “Prestação de serviços objeto do contrato e requisitos especiais de qualificação”.

Artigo 2 – Preço

2.1 O preço anual do contrato é calculado com base no custo mensal do valor por faixa etária dos funcionários e de seus familiares dependentes (cônjuge e filhos até o vigésimo sexto ano de idade), multiplicado pelo número total de funcionários com contrato regido pela legislação local que prestam serviço junto à Embaixada da Itália em Brasília e à rede consular no Brasil, a própria vez multiplicado pelos meses de efetivo serviço, ou pelos meses de efetiva dependência dos familiares acima mencionados.

a) **Para os exercícios de 01/03/2026 até 28/02/2029**, o valor do prêmio será determinado com base no montante fixado para o exercício imediatamente anterior, com reajuste acrescido dos seguintes fatores:

- **Índice de sinistralidade**, aplicável sempre que a utilização do plano de saúde ultrapasse 70% do prêmio anual pago pela contratante;

- **Índice VCMH (Variação dos Custos Médicos Hospitalares)**, destinado a mensurar a variação anual dos preços (inflação) relativa aos custos médicos e hospitalares.

Tais valores serão pagos mensalmente, com a dedução do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

Os reajustes anuais serão aplicados a partir do dia primeiro do mês de março de cada ano.

O seguro saúde deverá aceitar inclusões e/ou cancelamentos do plano de saúde para funcionários e familiares dependentes (conjuges e filhos até os 26 anos de idade), sem limites e alterações do custo unitário por beneficiário, conforme as solicitações mensais feitas pela Embaixada.

A lista dos valores por faixa etária, sobre a qual serão calculados os reajustes com o índice de sinistralidade e o índice VCMH é a seguinte:



Ambasciata d'Italia
Brasília

<i>Faixa Etária</i>	<i>Valor unitário mensal plano saúde</i>	<i>Nº Beneficiários</i>	<i>Valor total mensal plano saúde</i>
até 18 anos	R\$	46	R\$
19 a 23	R\$	4	R\$
24 a 28	R\$	9	R\$
29 a 33	R\$	9	R\$
34 a 38	R\$	12	R\$
39 a 43	R\$	30	R\$
44 a 48	R\$	19	R\$
49 a 53	R\$	12	R\$
54 a 58	R\$	11	R\$
59 a 64*	R\$	15	R\$
65 a 74*	R\$	3	R\$
75 a 80*	R\$	0	R\$
CUSTO TOTAL MENSAL			R\$
CUSTO TOTAL ANUAL (custo mensal x 12)			R\$

<i>Faixa Etária</i>	<i>Valor unitário mensal plano odontológico</i>	<i>Nº Beneficiários</i>	<i>Valor total mensal plano odontológico</i>
até 18 anos	R\$	46	R\$
19 a 23	R\$	4	R\$
24 a 28	R\$	9	R\$
29 a 33	R\$	9	R\$
34 a 38	R\$	12	R\$
39 a 43	R\$	30	R\$
44 a 48	R\$	19	R\$
49 a 53	R\$	12	R\$
54 a 58	R\$	11	R\$
59 a 64*	R\$	15	R\$
65 a 74*	R\$	3	R\$
75 a 80*	R\$	0	R\$
CUSTO TOTAL MENSAL			R\$
CUSTO TOTAL ANUAL (custo mensal x 12)			R\$



Ambasciata d'Italia
Brasília

O limite de despesa anual que a Embaixada pagará à contraente è o seguinte:

- ANO 2026 (a partir do dia 01/03/2026): R\$ 2.715.000,00
- ANO 2027 : R\$ 3.910.000,00
- ANO 2028: R\$ 4.700.000,00
- ANO 2029 (até o dia 28/02/2029): R\$ 785.000,00

Os limites de despesas acima elencados poderão ser majorados, nos termos do art. 72, par 2º da Diretiva UE 24/2014, em até 10%, Para cobrir eventuais necessidades destinadas ao aumento do número de pessoas seguradas, sem que a seguradora possa recusar a concessão da cobertura securitária.

2.2 Além disso, nos termos do **art. 72 par. 1, let. b) e c) da Diretiva UE 24/2014** em casos particulares, ao surgirem circunstâncias imprevistas que também impossibilitem a concessão para outro operador econômico, ou seja em caso de eventos imprevisíveis a Contratante pode solicitar à Contratada o aumento do valor contratual estabelecido, **por um valor não superior a 50% dos valores anuais acima mencionados no ponto 2.1.**

2.3 A **Contratada** não pode exigir da **Contratante**, para as prestações objeto deste contrato, pagamentos superiores à retribuição indicada neste artigo. Com o pagamento da retribuição mencionada acima, a Contratada será satisfeita de todas as suas exigências.

Artigo 3 - Prazo

3.1 Os serviços objeto do presente contrato deverão ser executados de **1º de março de 2026 a 28 de fevereiro de 2029**, por um total de 3 (três) anos.

3.2 Este contrato expira na data acima indicada, sem necessidade de notificação prévia por parte da **Contratante**. Não são permitidas renovações ou prorrogações tácitas ou automáticas.

3.3 O contrato será encerrado com a emissão, por parte da **Contratante**, do **Certificado de Execução Regular**, conforme disposto no artigo 20 do Decreto Ministerial nº 192/2017.

Artigo 4 - Modalidade de execução

4.1 A **Contratada** não pode ceder por completo ou em parte a terceiros o presente contrato. A Contratada não pode ceder a terceiros o crédito decorrente do mesmo.

4.2 A **Contratada** compromete-se a realizar diretamente com diligência e responsabilidade a prestação contratual respeitando todas as cláusulas e condições aqui contidas, nenhuma excluída e sem excessões, bem como as indicações impostas pela **Contratante**.

A **Contratante** compromete-se a:

- a. cumprir todas as obrigações para com seus empregados, com base nas disposições legislativas e regulamentares vigentes em matéria trabalhista, especialmente no que diz respeito à segurança e previdência, assumindo integralmente todos os encargos relativos a contribuições e previdência;



Ambasciata d'Italia
Brasília

- b. obriga-se a manter a máxima confidencialidade sobre notícias ou informações de qualquer natureza adquiridas de qualquer forma no decorrer da atividade objeto do contrato: o compromisso de confidencialidade tem duração ilimitada, mesmo após a rescisão deste contrato;
- c. comunicar à **Contratante** toda e qualquer informação considerada adequada para a correta execução dos serviços;
- d. executar os serviços de acordo com o presente contrato e conforme indicado na oferta técnica e econômica;
- e. isentar e manter a Contratante sem danos de todas as consequências decorrentes da eventual violação das normas aplicáveis às atividades objeto de licitação;
- f. consentir à Contratante proceder, a qualquer momento e até mesmo sem aviso prévio, às verificações sobre a correta execução do contrato e a prestar a devida colaboração para permitir a realização dessas verificações.

4.3 A violação das disposições deste artigo por parte da Contratada é considerada inadimplência grave e constitui justa causa para rescisão contratual.

Artigo 5 – Rastreabilidade e modalidade de pagamento

5.1 A **Contratada** indica uma conta corrente bancária, ainda que de forma não exclusiva, na qual a Contratante efetuará os pagamentos. A **Contratante** não realizará pagamentos com modalidades diferentes da transferência bancária ou PIX para a referida conta corrente.

5.2 O pagamento da contrapartida mencionada no artigo **2.1 a)** será efetuado em **36** (trinta e seis) parcelas mensais mediante emissão da fatura em formato conforme às especificações técnico-fiscais localmente vigentes relativas à gestão dos processos de nota fiscal eletrônica, em nome de:

Embaixada da República da Itália

SES - Av. das Nações Qd. 807, Lt. 30

CEP: 70420-900

CNPJ 03.896.805/0001-53

IE: ISENTA

A fatura deverá **obrigatoriamente** conter o número do **CIG** correspondente ao presente contrato (**CIG B93E67F06D**).

5.3 O pagamento do valor do contrato será efetuado em parcelas mensais da execução do serviço dentro de **5** (cinco) dias após o recebimento da fatura correspondente, a ser emitida com parcelas do mês vencido, sujeita à verificação da execução regular dos serviços objeto desse contrato.

5.4 O pagamento das faturas mensais subsequentes à primeira está condicionado à apresentação à Contratante, por parte da Contratada, da certidão atualizada de regularidade fiscal.

Artigo 6 – Contratos e comunicações

6.1 O Responsável Único do Projeto e Diretor da execução é o Dr. **Massimo De Angelis** e-mail: amministrazione.brasilia@esteri.it tel. +55 61 3442-9936.

As partes estão obrigadas, sob pena de nulidade, a realizar todas as comunicações e transmissões de



Ambasciata d'Italia
Brasília

informações e dados previstas no Contrato por meio eletrônico, exceto se houver outro acordo escrito entre as Partes que seja permitido pela lei. As comunicações e transmissões de informações e dados entre as Partes serão consideradas válidas e eficazes quando realizadas nos seguintes endereços de correio eletrônico:

a) para a Contratante: amministrazione.brasilia@esteri.it ;

b) para a Contratada: _____

As partes se comprometem a comunicar prontamente quaisquer alterações no endereço de correio eletrônico, bem como problemas temporários no uso de tal forma de comunicação.

6.2 Para qualquer informação referente à organização das prestações previstas no presente acordo, a Contratada poderá escrever para o e-mail, amministrazione.brasilia@esteri.it ou telefonar ao número tel. +55 61 3442-9936.

Artigo 7 – Penalidades por falta ou perda dos requisitos

7.1 A perda dos requisitos declarados para a seleção por meio do Documento de licitação único europeu (**Anexo 3**) do edital, ou a comprovação posterior da falta de posse dos mesmos implica na rescisão do contrato e na aplicação de uma multa igual a **5%** (cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo da reparação de danos adicionais.

Artigo 8 - Penalidades por inadimplência

8.1 A **Contratada** declara de executar os serviços objeto deste contrato dentro do prazo estabelecido pelo artigo 3.1.

8.2 Qualquer atraso da Contratada na execução da prestação dentro dos prazos estabelecidos no presente Contrato, salvo causas de força maior não imputáveis a ele, implica na aplicação de multa igual a **1‰** (*um por mil*) do valor líquido mencionado no art. 2 previsto para a prestação contratual para cada dia de atraso.

8.3 Se a **Contratada** não observar, na execução da prestação, os prazos e as prescrições contidas no presente contrato e nos atos preliminares por ela assinados, integralmente e incondicionalmente aceitos, a **Contratante** contestará por escrito a inadimplência, fornecendo, se possível, as indicações necessárias para o cumprimento das disposições descumpridas, concedendo um tempo adequado para apresentar eventuais contestações. Na falta de explicações adequadas, a **Contratada** deverá cumprir as obrigações previstas pelo contrato e as orientações fornecidas e, se não o fizer dentro dos prazos indicados, será aplicada a multa prevista no parágrafo **8.2**, para cada dia de atraso.

8.4 A solicitação ou o pagamento da multa não exonera em nenhuma hipótese a Contratada da execução das obras contratualmente previstas e fica garantido o direito da Contratante ao ressarcimento dos danos adicionais sofridos.

8.5 As multas previstas neste artigo são devidas independentemente da comprovação do dano.

8.6 Se o valor das multas determinado com base neste artigo atingir **10%** (dez por cento) do valor líquido do contrato ou em qualquer outra hipótese na qual, durante a execução, surgirem inadimplências por parte da **Contratada** que causem um dano significativo à **Contratante**, esta poderá rescindir o contrato por grave inadimplência da **Contratada** e reserva-se o direito de exigir o ressarcimento do dano. A Contratada reembolsará a Contratante por qualquer despesa adicional incorrida para fazer executar a prestação por terceiros.

8.7 A **Contratante** poderá exercer a garantia prevista no artigo 11 sem necessidade de notificação extrajudicial



Ambasciata d'Italia
Brasília

ou de qualquer outra averiguação ou procedimento judicial para obter os créditos decorrentes das multas previstas neste artigo.

Artigo 9 – Observância de normas específicas

9.1 A Contratada declara ter lido e ter ciência do conteúdo do Decreto do Presidente da República de 16 de abril 2013, n.º 62 (Regulamento do código de comportamento dos funcionários públicos) principalmente os art. 3, incisos 2 e 3; art. 4; art. 5, c.1; art. 7; art. 8; art. 12 publicado no site <https://normattiva.it> e Decreto Ministerial MAECI 1600/1759 de 18 de setembro de 2014 (Código de comportamento MAECI), publicado no site <https://esteri.it>, link rápido <https://www.esteri.it/mae/resource/mae/2014/09/CodicedicomportamentoMAECI.pdf> comprometendo-se a respeitar e impor o respeito das disposições mencionadas a todo o pessoal encarregado do serviço.

9.2 O descumprimento das disposições do parágrafo 9.1 implica a rescisão do contrato.

Artigo 10 – Rescisão e distrato

10.1 A Contratante pode rescindir o contrato dentro do prazo de validade do mesmo se:

- a. o contato sofre uma modificação substancial que teria resultado na necessidade de um novo procedimento de licitação nos termos do artigo 72 da diretiva 2014/24/UE;
- b. a Contratada encontra-se em um dos motivos de exclusão indicados no artigo 57 da diretiva 2014/24/UE;
- c. a licitação não deveria ter sido adjudicada à **Contratada** em consideração de uma grave violação das obrigações decorrentes dos tratados europeus e da diretiva 2014/24/UE;
- d. verifica-se um dos casos de rescisão por grave inadimplência da Contratada expressamente previstos por este contrato ou outra hipótese de grave inadimplência por parte da Contratada prevista pela respectiva legislação local.
- e. a Contratada descumpra a proibição de concessão a terceiros da integral execução das prestações objeto deste Contrato;
- f. a Contratante descumpra a obrigação de rastreabilidade, prevista no artigo 5 deste Contrato, para as transações relativas ao mesmo;
- g. forem alcançadas penalidades, previstas no artigo 8 deste Contrato, que totalizem 10% do valor contratual;
- h. Em caso de não reposição, no prazo de 20 dias, da garantia definitiva mencionada no artigo 11 em caso de execução judicial da mesma;
- i. Em caso de descumprimento da obrigação de confidencialidade prevista no artigo 4.2 b).
- j. Em caso de conflito de interesse com a atividade realizada;
- k. A atividade da contratada não seja conforme às políticas externas italiana;
- l. A contratada promover propaganda de natureza política, sindical, filosófica ou religiosa;
- m. A contratada realizar publicidade direta ou ligada à produção ou distribuição de tabaco, produtos alcoólicos, material pornográfico ou de conotação sexual;
- n. A contratada divulgar mensagens ofensivas, incluindo as expressões de fanatismo, racismo, ódio ou ameaça e, no geral, todas aquelas contrárias às leis e aos princípios do ordenamento jurídico italiano.

10.2 Em caso de rescisão serão devidas à **Contratada** apenas as quantias correspondentes aos serviços



Ambasciata d'Italia
Brasília

executados, descontadas as eventuais multas e despesas incorridas pela Contratante.

10.3 A rescisão nesses casos opera de pleno direito, no momento em que a **Contratante** comunica por escrito à **Contratada** a vontade de exercer a cláusula resolutiva.

10.4 A **Contratante** reserva-se o direito de rescindir o contrato com o Operador econômico adjudicatário a qualquer momento e por qualquer motivo a seu exclusivo critério mesmo que a execução do serviço já tenha sido iniciada sem que o Operador econômico tenha qualquer direito de reivindicar qualquer valor, mediante aviso prévio de pelo menos **30** (trinta) dias. A Contratada nesse caso terá direito exclusivamente à contrapartida devida pelo serviço contratado e regularmente executado até a rescisão pela Contratante, com expressa exclusão de qualquer tipo de indenização.

Artigo 11 – Responsabilidade

11.1 A **Contratada**, na execução da prestação contratual mencionada na premissa, declara conhecer e cumprir todas as disposições normativas e regulamentares vigentes, sem exceção e, em particular, aquelas relativas à segurança nos locais de trabalho. A Contratada assume total responsabilidade na eventualidade de danos causados à Contratante e/ou a terceiros em decorrência de falhas ou negligências durante a execução da prestação.

Artigo 12 - Proteção de dados pessoais

12.1 A **Contratante** garante a proteção dos dados pessoais informados pela **Contratada** nos termos da normativa europeia sobre a proteção das pessoas físicas com relação ao tratamento dos dados pessoais, conforme informativo (**Anexo 4**) que a Contratada assinou.

12.2 A **Contratada** e a **Contratante** são responsáveis pelas violações que cometerem ao não observar a legislação europeia em temas de proteção das pessoas físicas com relação ao tratamento de dados pessoais.

Artigo 13 – Obrigações de transparência administrativa

13.1 A **Contratada** está ciente de que nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 33 de 14 de março de 2013, que estabelece as disposições relativas à publicidade, transparência e informação por parte das Administrações Públicas, a Contratante deve proceder à publicação na respectiva plataforma institucional <https://maeci.traspare.it>, e no site institucional <https://farnesina.esteri.it>, seção [Amministrazione trasparente](#), dos dados identificativos do adjudicatário, do objeto e do valor deste contrato.

Artigo 14 – Disposições finais e foro competente

14.1 As obrigações assumidas pela Contratada com a aceitação do contrato não constituem, de nenhuma forma, vínculo empregatício de qualquer natureza entre a **Contratante** e a **Contratada**, nem geram qualquer reivindicação contra a **Contratante** exceto o que estiver expressamente indicado. A **Contratada** pode executar apenas as atividades descritas neste contrato, uma vez que nenhuma outra atividade pode ser considerada de qualquer forma autorizada. A **Contratada** se compromete por meio deste ato a infamar esta cláusula ao pessoal responsável da prestação.

14.2 O presente contrato contém a manifestação integral das obrigações da **Contratante** e da **Contratada** e pode ser modificado exclusivamente por meio de um novo contrato nos mesmos moldes, ficando excluída qualquer outra forma de alteração das obrigações das partes.



Ambasciata d'Italia
Brasília

14.3 Nenhuma cláusula aqui contida pode ser interpretada como uma renúncia explícita ou implícita às imunidades reconhecidas à Contratante pelo direito internacional.

14.4 O Foro competente para dirimir todas as eventuais controvérsias relacionadas a este contrato que não possam ser resolvidas de comum acordo entre as Partes é a jurisdição competente da cidade **de Brasília**.

14.5 A **Contratada** declara expressamente conhecer a língua portuguesa.

14.6 São partes integrantes deste contrato: Carta de convite, Anexo 1, Anexo 2, Anexo 3, Anexo 4, Anexo 5, Anexo 6, Anexo 7

Este contrato é composto por 9 (nove) páginas e redigido em 2 (*dois*) exemplares idênticos assinados em original por aceitação das cláusulas e obrigações aqui contidas.

Lido e aprovado.

Brasília, xx/xx/xxxx

Para a Contratada

Para a Contratante

EMBAIXADA DA ITÁLIA em BRASÍLIA

Alessandro CORTESE

(Embaixador)